

Solidariedade no contexto laboral:

práticas de numeramento como táticas de resistência de estudantes
camponeses da EJA

Valdenice Leitão da Silva

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais
Técnica Educacional da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Brasil

Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca

Doutora em Educação pela UNICAMP e Pós-Doutora pela UNISINOS
Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Neste artigo, refletimos sobre a solidariedade flagrada em práticas de numeramento no contexto laboral, compreendida como tática de resistência à ação desumanizadora imposta pelos modos de produção. Para subsidiar essa reflexão, valemo-nos de material empírico produzido numa investigação realizada com estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com idade compreendida entre 16 e 55 anos, moradores de uma região camponesa pernambucana – o Juá, e que trabalham nas facções de produção de roupas em jeans. Na fundamentação teórica, buscamos colocar em diálogo diversos campos: o da EJA e o dos estudos sobre numeramento; o das teorizações de Paulo Freire e o da formação experiencial; o da Educação do Campo e o da Etnomatemática. A metodologia adotada referenciou-se num *marco etnográfico* orientador dos procedimentos de trabalho de campo e da análise do material empírico. Nessa análise, procura-se compreender as práticas de numeramento como práticas discursivas, conformando-se no modo como são delineadas práticas laborais, escolares e cotidianas, das quais trabalhadores-estudantes participam ou que são por elas e eles narradas, e às quais se atribui valor social e tático, como modo de pensar e viver o trabalho, a apropriação do conhecimento e as relações sociais.

Palavras-chave: Solidariedade, Práticas de Numeramento, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Etnomatemática, Táticas.

SOLIDARITY IN THE EMPLOYMENT CONTEXT:

numeracy practices as tactics of resistance of rural students of EJA

Abstract

This paper aims at discussing solidarity spotted in numeracy practices on labor contexts, comprehended as tactics of resistance to the de-humanizer action imposed by the production means. To support this discussion, we use of the empirical data obtained in

researching with students of a Youth and Adult Education Program, of ages ranging 16 to 56 years old, who live in the rural region of Pernambuco – more precisely, in the town of Juá –, and who work in the production of denim clothing. We sought to establish a theoretical dialog between diverse fields: Adult Education and Numeracy Studies; Paulo Freire’s thinking and of Experiential Formation; Rural Education and Ethnomathematics. The methodology adopted is referenced upon an ethnographic framework which orients the procedures of fieldwork and analysis of empirical data. In this analysis, an effort has been made towards the understanding of numeracy practices as discursive practices, with their tactic and social values, as an way of thinking and living the work, the learning, and the social relations.

Keywords: Solidarity, Numeracy Practices, Youth and Adult Education, Rural Education, Ethnomathematics, Tactics.

DOS CAMINHOS DESTA REFLEXÃO

A investigação que subsidia este artigo focalizou práticas de numeramento protagonizadas por estudantes da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, mas não apenas aquelas que se forjam no contexto escolar, como também as que se constituem nas atividades laborais e em outras situações da vida de uma comunidade campesina, inserida, porém, em modos industriais e em referências urbanas de produção, consumo e aprendizagem. Buscamos ver essas práticas em diálogo – entre si, e com outros modos de viver permeados por relações quantitativas, métricas, geométricas, ordenadoras e classificadoras. Diálogo que ora se apresentou ser colaborativo, ora questionador, e, conflituoso, mas sempre marcado por tensões e estratégias, por táticas e posicionamentos dos sujeitos.

A diversidade dos modos de vida daquelas pessoas – sujeitos do ambiente campesino, que não trabalham na terra, mas em facções¹ de produção de roupas, e que frequentam uma escola de currículo e práticas referenciadas na vida urbana – levou-nos a uma primeira organização dos modos de matematizar – que constituem as práticas de numeramento – daquela comunidade, nos três contextos que o olhar de pesquisadoras nos fez distinguir: *o contexto laboral, o contexto escolar e os contextos da vida pessoal*. Nos eventos que se inscrevem no *contexto laboral* dos participantes da pesquisa, as *práticas de numeramento* quase sempre se mostraram marcadas pelo silêncio e raramente envolviam verbalizações, a não ser quando eram provocados com algumas indagações sobre os processos desenvolvidos naqueles fazeres; as *práticas de*

¹ *Facção* é a denominação dada ao espaço onde se dá a produção fabril, à qual está vinculada a um processo produtivo mais amplo (são unidades que colaboram no processo produtivo, mas que na rede produtiva, apenas realiza etapas desse processo que por ser amplo dependem de diversos fazeres em diferentes espaços).

numeramento da sala de aula, por sua vez, eram constituídas nas interlocuções com o professor, os colegas e a pesquisadora; assim também foram as *práticas de numeramento dos contextos da vida pessoal* que reconhecemos nas *práticas discursivas de “falar da vida”*, configuradas nas enunciações das quais participamos como interlocutoras de suas narrativas e reflexões sobre o vivido.

O trabalho empírico, de cunho etnográfico, proporcionou-nos, pois, flagrar práticas de numeramento constituindo-se nos discursos dos participantes da investigação, que submetemos a análise à luz das teorizações sobre diálogo e dialogismo de Paulo Freire e de Bakhtin. Para Paulo Freire, o *diálogo* configura um modo de relação que se deve estabelecer nas relações humanas que se pretendem colaborativas para o processo de humanização dos seres humanos, sendo, portanto, uma atitude a ser buscada. Na perspectiva bakhtiniana, o *diálogo* existe em qualquer circunstância, inclusive quando o silêncio impera, pois também ali se pode observar a dinâmica dialógica da interação de vozes sociais, o diálogo inevitável. A perspectiva dialógica bakhtiniana veio nos favorecer na identificação dos acentos e das contrapalavras, que permeiam os enunciados dos educandos, mediando processos de significação, que nos permitiriam não apenas uma melhor compreensão dos processos laborais, mas, principalmente, das relações que os estudantes estabelecem com tais processos e com os conhecimentos que requerem e propiciam.

A dialogicidade na perspectiva freireana, assumindo diálogo como fenômeno humano, que tem como elemento fundante a palavra, nutrida nas dimensões de ação e da reflexão – “não há palavra verdadeira que não seja a práxis” (FREIRE, 1987, p.108) – permite-nos conferir às interações que testemunhamos, e que nos dispusemos a analisar, o caráter de prática social, uma vez que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Adotar uma abordagem metodológica que se referenciou num marco etnográfico orientou-nos o delineamento dos procedimentos de trabalho de campo e também a perspectiva pela qual analisaremos o material empírico produzido. Optamos por adotar a perspectiva etnográfica referenciada nas abordagens de Brian Street (2003), assumindo-a como postura, que rege a observação participativa, pautada em práticas de diálogo etnográfico como dispositivo. Tomamos a convivência com os sujeitos como indispensável para que se constituam sentidos sobre o discurso, buscando aproximar-nos, dos significados que as próprias pessoas pesquisadas dariam à ação, ao evento ou à situação interpretada.

Assim, a adoção de uma abordagem etnomatemática neste estudo é consequência de nossa disposição para lidar com um coletivo popular, excluído do direito à atenção educacional formal e de outras tantas necessidades humanas – a população do campo. Reflete o compromisso com a educação do campo e seus sujeitos geralmente considerados ‘diferentes’ por seus modos de expressão e de ação, sempre comparados aos modos hegemônicos forjados nos espaços urbanos.

Tornaram-se nossos companheiros nessa investigação quatro alunas e quatro alunos, com idade compreendida entre 16 e 55 anos, estudantes com frequência regular na sala de aula e nos espaços laborais: são eles os sujeitos desta pesquisa aos quais, para preservação de sua identidade, conferimos nomes fictícios. Optamos por dar a cada um deles o nome de *uma pedra* em razão da escolha que fizeram dos chaveiros de Minas Gerais com os quais os presenteamos. Cada chaveiro era adornado por uma pedra diferente, e cada um escolheu o seu. Essa nomeação nos pareceu apropriada: além do encantamento de cada um e cada uma pela pedra escolhida, os nomes de pedras fariam referência também à fortaleza, à resistência e ao brilho associados às pedras – que fomos aprendendo a reconhecer em cada um daqueles sujeitos na luta pela condução de suas vidas.

Os nomes dos homens e das mulheres, colaboradores neste estudo, são nomes de pedras que, em português, são palavras masculinas e femininas. Assim, os quatro primeiros sujeitos que figuram no Quadro I (Ágata, Esmeralda, Safira e Turquesa) são mulheres. Os outros quatro (Diamante, Topázio, Rubi e Cristal) são homens. Fazemos essa advertência para evitar inserir os artigos antes dos nomes, uma vez que, no dialeto nordestino, os nomes próprios não são anteceditos por artigo definido, mesmo quando gozamos de intimidade com as pessoas.

Para a realização do trabalho de campo, era preciso viver no seu povoado e visitar os sítios onde residiam aquelas pessoas. Lá estabeleci morada. Essa opção por residir no povoado do Juá, situado na região agreste de Pernambuco, pertencente ao município de Caruaru, decorreu, pois, do desenho metodológico da pesquisa, que exigia contato diário com os participantes, na escola e nos seus locais de trabalho.

A população campesina jovem e adulta desse povoado se ocupa principalmente da produção de roupas, como meio de subsistência. Lira (2011) destaca o vínculo dessa atividade produtiva com o modo encontrado de subsistência na região do agreste - zona do Nordeste brasileiro entre a mata e a caatinga, de solo pedregoso, com escassa e mirrada vegetação, situada entre a Zona da Mata e o Sertão. A escassez de chuvas e as

prolongadas secas têm impedido o desenvolvimento de atividades ligadas à terra como subsistência (agricultura e pecuária).

No contexto educacional caruaruense, entre adultos agrestinos com pouca escolaridade, que habitam a zona rural, frequentam as escolas que ficam próximas às suas residências – nos povoados – e trabalham na atividade fabril, buscamos os sujeitos desta investigação: estudantes da EJA, moradores do campo, trabalhadores da indústria. Sujeitos que são continuamente confrontados com diferentes demandas e variadas perspectivas de estar no mundo e de lidar com ele: estudantes em uma escola que não foi pensada originalmente para eles; moradores de uma região de poucos equipamentos urbanos, mas em que lhes é vedado dedicar-se à atividade agropecuária; trabalhadores da indústria de roupas, que eles jamais verão prontas, e contratados de forma precária e sazonal. Tais demandas e perspectivas – dramáticas e cheias de contradições – conformarão suas práticas de numeramento e serão, também, constituídas por elas.

Por isso, pareceu-nos adequado referir-nos àquelas pessoas como partícipes de uma “situação de fronteira”, mobilizando uma expressão de Martins (2009), para considerá-los *homens (e mulheres) de fronteira*: suas vidas estão determinadas pelo ritmo da indústria e, portanto, embora morem no campo, não participam de um modo de vida campesino, nos moldes tradicionais – de sobreviver com o sustento baseado em atividades agropecuárias, o que os conduz à perda de seus laços com a terra. Engajados num modo de organização do trabalho marcado pela forma taylorista de alienação do sujeito, aqueles operários não conseguem se ver no produto final do seu trabalho, uma vez que a facção os reúne para a realização de uma etapa da produção para depois dividi-los novamente, ao encaminhar as peças para outras etapas da linha de produção, em outros espaços daquela comunidade, ou mesmo em outras comunidades. Estão também no lugar da limiaridade, da indefinição e do conflito, porque frequentam uma escola que não foi pensada originalmente para atendê-los em suas demandas e potencialidades de pessoas adultas e trabalhadoras.

DOS RUMOS DA ANÁLISE

As análises que empreendemos neste estudo, referem-se aos registros inseridos no diário de campo. Apontamentos resultantes de observações, entrevistas e do convívio com o grupo pesquisado, ao acompanhá-los na atividade laboral diária; no noite a noite

da sala de aula e noutros momentos do decorrer de nove meses de contato com a vida daquelas pessoas.

A opção pela realização de um trabalho de campo referenciado numa perspectiva etnográfica foi-nos permitindo identificar práticas de numeramento protagonizadas pelos sujeitos que acompanhávamos e reconhecê-las como contexto no qual víamos se delinear, estabelecerem e desenvolverem *táticas de resistência* a modos de vida e produção opressores. Esses modos são também constituídos por práticas discursivas diversas, inclusive práticas de numeramento, em geral marcadas pela racionalidade cartesiana, utilizada pela lógica capitalista.

Por isso, chamou-nos a atenção e nos ocorreu dedicar nosso esforço analítico para focalizar aquelas práticas, que mobilizam conceitos, ideias, procedimentos ou representações que associamos ao que aprendemos a chamar de matemática, ou seja, as práticas de numeramento que, ainda que guardem relações com aquela racionalidade cartesiana, deixam-se permear por outras racionalidades e forjam outras possibilidades de viver e produzir. Tais práticas são regidas não pelo individualismo, mas pela solidariedade; não pela indiferença e pelo embrutecimento, mas pelo cuidado e pela sensibilidade; não pela repetição e a estagnação, mas pelo desejo e o vigor da aprendizagem.

Neste artigo, nossa análise destacará, em práticas de numeramento, a *solidariedade* que se estabelece como modo de resistir ao imperativo produtivo que quer induzir ao individualismo; essa solidariedade é que inspira o sentimento de que “*não estou só*”. Ao abordarmos os modos de *matematicar*² daquelas pessoas – jovens e adultos e estudantes da Educação Básica, moradores do campo e trabalhadores da indústria, destituídos dos bens produção e sem vínculo empregatício – como *táticas de resistência*, tomamos o termo *táticas* na acepção que lhe confere Michel de Certeau (2011). Em *A invenção do Cotidiano – 1. Artes do fazer* –, o conceito de *tática* que é apresentado ajuda-nos a conferir um sentido às práticas que se tecem nas atividades laborais daqueles operários, nas atividades escolares daqueles estudantes, no dia a dia daqueles cidadãos, que, oprimidos por um modo de produção desumanizador, uma estrutura escolar excludente e uma vida cotidiana marcada por tantas privações, solidarizam-se, cuidam e aprendem como um modo de resistir e lutar, um artifício que

² Temos utilizado esse neologismo (“matematicar”) para nos referirmos às diversas ações que envolvem a mobilização de habilidades, procedimentos e linguagem que de alguma forma associamos ao que aprendemos a chamar de *matemática*.

“depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho” (CERTEAU, 2011, p. 46).

Para nós, que passamos pela escola e aprendemos a referenciar nossas práticas de numeramento na matemática escolar, nem sempre é fácil compreender outros modos de matematicar, regidos por outra lógica, outros propósitos, outros valores. Entretanto, nas vivências oportunizadas pelo convívio com a comunidade, vimos emergir outros valores, outros propósitos, outras lógicas que nos induzem a interpretar muitas das práticas protagonizadas por aquelas mulheres e aqueles homens – em particular, as de numeramento que focalizamos naquela investigação – como táticas de resistência àqueles modos de matematicar escolares, ou à matemática que subsidia os modos de produção capitalista. Aqueles trabalhadores-estudantes também se constituem ao constituírem modos de lidar com a quantificação, as formas e as medidas, na atividade laboral e na escola, e, ao fazê-lo, muitas vezes, transgridem a lógica que o tratamento escolar e as regras da produção lhes queriam impor.

Em oposição às práticas (inclusive as de numeramento) que regem o modo de produção fabril e que concorrem para promover posturas individuais e individualistas, aqueles operários e aquelas operárias se ajudam mutuamente, estabelecem práticas (inclusive de numeramento) solidárias.

Na discussão dos episódios que trazemos para subsidiar nossa reflexão, salientam-se as marcas culturais das práticas de numeramento que forjam e mobilizam diferentes modos de matematicar que se alimentam e se interpelam uns aos outros.

A compreensão das condições de constituição de seus protagonistas como sujeitos será, entretanto, fundamental para a análise que queremos aqui desenvolver: são pessoas, inseridas no contexto socioeconômico brasileiro/nordestino/agrestino, ao qual Andrade (1980) se referiu quando analisava os processos de mundialização do modo de produção capitalista e expressava suas inquietações sobre a formação do Mercosul, pontuando os prejuízos para a população:

[...] com o processo do chamado espaço-mundo [...] esta integração trará benefícios à população como um todo, ou apenas às elites? [...] E, até que ponto o crescimento exponencial da produção, comandado unicamente pela preocupação do lucro, permitirá um desenvolvimento que não leve à destruição do planeta, levando-se em conta a aceleração da poluição ambiental? (p.199).

Embora não nos caiba aqui aprofundar-nos na discussão sobre os impactos ambientais daquele modo de produção do Juá, os problemas que eram visíveis a

qualquer um que lá permanecesse, por pouco tempo que fosse, afetam sobremaneira aqueles que lá vivem, a vida daquela comunidade. Lembram-nos, assim, as palavras de Andrade (1980), estudioso da geografia humana, que, quando se refere ao agreste nordestino, denuncia os impactos de um modo de produção desumano no âmbito socioeconômico e ambiental, com implicações para a vida individual e comunitária das pessoas. Manuel Correia de Andrade afirmou que o crescimento econômico e a expansão do povoamento:

[...] implicam em grandes danos ecológicos e sociais, como a intensificação do desmatamento, deixando o solo à mercê da ação das intempéries e o desalojamento de populações [...] plantavam lavouras itinerantes e formavam pequenos povoados, verdadeiramente desconhecidos dos órgãos oficiais. (p. 199).

Também impacta a vida e o trabalho daquela comunidade o que Finger e Asún (2003) identificam como o processo de substituição do desenvolvimento pela lógica do comércio. Ao analisarem os impactos das mudanças no *cenário mundial*, esses autores apontaram consequências desastrosas em decorrência do “triunfo do mercado” (HERMAN, 1995), do “capitalismo eufórico” (GREIDER, 1997), e do “turbocapitalismo” (LUTTWAK, 1995). A dinâmica econômica que se instalou conduziu a uma polarização crescente entre os poucos “que têm” e o número cada vez maior dos que “não têm” tanto fora quanto no interior dos próprios países. Portanto, como sublinham Finger e Asún (2003, p. 100),

enquanto o desenvolvimento tradicional tinha pelo menos o ideal de elevar os padrões de vida da maioria das pessoas, o novo turbocapitalismo satisfaz com médias que demonstram que o comércio flui e os stocks aumentam, mas não se importa que a maioria das pessoas esteja, de facto, muito pior do que antes.

No caso específico do Nordeste brasileiro, particularmente no semiárido nordestino, como no povoado do Juá, marcas do coronelismo estão impressas nas vidas daquelas pessoas e convive-se com *novos coronéis* (BURSZTYN, 2008). Os novos coronéis não são mais aqueles aos quais se referiu Marcel Bursztyн na primeira versão de “O poder dos donos” – os latifundiários. O poder agora passa pelas mãos dos mediadores do poder público, das pessoas responsáveis por implementar modernas formas de assalariamento nos programas de governo, dos atendentes nos poucos espaços públicos aos quais tem acesso a população, como diz Bursztyн (2008): “mediadores de favores”. Esses coronéis já não detêm poder atrelado ao patrimônio, como no velho coronelismo: são operadores de ações governamentais.

No Juá e noutros pequenos povoados campestres do Nordeste do Brasil, e de outras regiões do país, muitas pessoas estão engajadas numa rede de produção fabril como modo de subsistência, uma vez que já não há mais condições de buscar o sustento com o recurso da terra. Não cabe, pois, referir-nos a eles como uma população campestre, nos moldes de classificação tradicional, enquanto vinculados à terra, dela obtendo seu sustento. São moradores do campo, mas vinculados à atividade fabril/comercial.

Entretanto, embora a atividade produtiva tenha se transformado e não mais esteja vinculada à terra como meio de produção, conviver com aquela comunidade do Juá, no decorrer da realização desta investigação, também nos fez testemunhar que, no agreste pernambucano, o fim do coronelismo não aconteceu. Uma nova forma de coronelismo está ali instalada, novamente vinculada à detenção do meio de produção: os donos não mais de terras, mas de máquinas, dos equipamentos necessários para a produção fabril como principal forma de ocupação da população, como fonte de renda.

Essas análises socioeconômicas nos ajudam a situar as cenas que trazemos aqui para a reflexão de pesquisadores e educadores, porque anunciam/denunciam o modo de produção explorador ao qual estão vinculados, decisivo para o estabelecimento de práticas de numeramento, que ora se submetem à lógica que estabelece esse modo de produção, ora a interpelam, a transgridem ou dela desdenham.

Discorrer sobre as práticas de numeramento no Juá, vivenciando a rotina daquelas pessoas, ajuda-nos a denunciar práticas desumanizadoras naquelas facções, mas também acena para as possibilidades criadas pelos sujeitos, ao identificar práticas que subvertem a opressão, que tecem modos de resistência. Naquele contexto, os sujeitos identificam “brechas” para forjar outros modos de vida. Cuidando uns dos outros, batalham contra a ação maquinal e individualista. Contrariam a lógica de dispersão do sistema, porque se reúnem, se juntam e realizam trabalho em grupo, compartilham também momentos de festa, de fé, de compras, de velório, de casamento, de formatura, dispendo-se a vivenciar comunitariamente tudo que lhes acontece. Querem aprender, querem inventar, querem compartilhar descobertas e aprendizados, opondo-se à concepção de sua atividade laboral como mera repetição e à avaliação de sua expertise como fruto apenas do treinamento.

A compreensão que queremos imprimir às práticas de numeramento que focalizaremos nesta análise faz-nos reportar a Illich (1985) que, nas suas análises, posicionou-se contra a desumanização gestada na sociedade industrial, em que as

relações de cooperação são mobilizadas visando à concorrência e à acumulação. Ivan Illich propôs a *convivialidade* enquanto capacidade de fazer conviver as dimensões de produção e do cuidado; da afetividade e compaixão; da liberdade e fantasia; do equilíbrio multidimensional – para reforçar o sentido de pertença universal contra o egoísmo, a serviço da preservação da vida, do *bem viver* da humanidade.

As pessoas daquela comunidade pareciam compreender essa dimensão do *bem viver* proposta por Illich, quando o princípio da convivialidade se deixava perceber naquelas relações. São atitudes assumidas por aqueles operários-estudantes que nos sugerem possibilidades de atendimento às exigências do que se tem chamado de novo humanismo, nos esforços de preservação e vitalização do valor da sua cultura e da governabilidade de suas vidas, nos quais se inserem as táticas de resistência que aqui queremos focalizar.

Por isso, analisamos as práticas de numeramento como práticas discursivas de tensas negociações, como modos de resistir às diversas circunstâncias de suas vidas, materializadas nas relações de trabalho na indústria, mas não empregados, de camponeses que não vivem da terra, de estudantes da educação básica que são adultos. São trabalhadores e trabalhadoras, regidos pela lógica do regime capitalista de acumulação, inseridos nas chamadas *formas precárias ou flexíveis de emprego* (KOVACS, 2005; POCHMANN, 2006; SINGER, 2000; FRIGOTTO, 2009), incluídos na estrutura escolar que, um dia, os excluiu e continua excluindo a cada noite pela dificuldade de acolher suas demandas e potencializar suas contribuições. Por conseguinte, frente às situações de desigualdade, injustiça, exclusão ou inclusão precária precisam reforçar suas relações de solidariedade, de cuidados e de compartilhamento de saberes.

DA SOLIDARIEDADE NO TRABALHO

Começamos a discussão sobre a solidariedade permeando práticas de numeramento, trazendo eventos que aconteceram no contexto laboral, contexto este que talvez fosse o menos propenso a práticas solidárias, uma vez que a remuneração do trabalho era, via de regra, paga a cada trabalhador por sua produção individual. A *solidariedade* naquela relação de trabalho pareceu-nos constituir-se, entretanto, numa tática em *defesa do humano* (TANCREDO, 2012), valiosa arma no combate à desumanização que a difícil luta pela sobrevivência poderia desencadear.

Cena 1: *Facilitando o serviço*

Na manhã do dia 20 de outubro de 2010, quando cheguei à facção, eu me deparei com Safira organizando seu material de trabalho (cortes de bolsos, uma esponjinha e óleo). Ela sentou num tamborete e eu noutro, que sempre lá estava reservado para mim. Comecei a conversa:

Pesquisadora: *O que você vai fazer, Safira, com esse material? Poderia me explicar?*

Safira: *Ah. Mulher... É segredo... [sorriu] Brincadeira, eu vou te mostrar! Tá vendo aqui? [marcou pressionando a unha numa das extremidades do bolso, molhou a esponja com o óleo e passou sobre a região marcada para a costura] O tempo que eu gasto passando a espoja com óleo pra depois as meninas costurar, é ganho... Porque a máquina avança depressa, fica tudo pronto hoje mesmo. Quando emperra, é de tirar a paciência, e não tem dia nem hora pra despachar a encomenda... Você veja: eu passo a esponja no bolso aqui, ela costura lá, outra já coloca na peça, faz as costuras, pronto! Já pode seguir pro aprontamento e o ganho é pra todas! É assim: na vida, tudo fica mais fácil, quando um apoia o outro... E, é apoiado. Né mesmo?*

Pesquisadora: *É. Você tem razão. Se todas vocês combinam com esse modo de trabalhar, tudo bem.*

Safira: *Ah, Val, aqui quem manda é nós! A gente faz do nosso jeito. O importante é fazer o trabalho, né isso? Sempre deu certo assim. É uma tranquilidade trabalhar aqui!*

(na facção, manhã de 20 de outubro de 2010).

A frase com a qual Safira avalia aquela organização do trabalho estabelecida por ela e suas companheiras: – “*É uma tranquilidade trabalhar aqui!*” – testemunha o bem-estar que a convivência solidária lhes proporciona. Presenciei o desconforto de trabalhar naquelas condições tão precárias tendo em vista as instalações físicas das facções. O calor, o escuro, o assento inadequado, o esforço para cumprir as tarefas no menor tempo possível traziam natural desgaste àqueles corpos. Mas, para Safira, o que mais importava eram as relações humanas ali vividas e o sentido de autonomia que assumiam ao definir o modo de organizar seu trabalho.

Diante da aparente impotência das queixas em relação às condições de trabalho e mesmo do desconhecimento de direitos ou de como reivindicá-los, pareceu mais

conveniente àquele grupo organizar seu modo de produção, a partir de um princípio solidário de um fazer coletivo. Apesar de adotarem (ou se submeterem a) uma distribuição das tarefas, baseada numa perspectiva racionalista de produção capitalista, o modo como assumem as tarefas, como se dispõem no espaço e como gerenciam os tempos (eventualmente assumindo as tarefas umas das outras para ajudar as que estavam mais atrasadas) dava-lhes o sentido de poder de decisão sobre seus fazeres, decisão que era regida antes pelo acordo entre elas do que pela ordem do patrão (*Aqui quem manda é nós! A gente faz do nosso jeito!*).

Pode-se argumentar aqui sobre a relatividade desse poder, já que aquelas trabalhadoras continuavam submetidas a condições de trabalho e remuneração impostas pelos donos dos meios de produção. Sendo-lhes negado o poder de fato, aqueles trabalhadores estabeleceram outra forma de poder pelo uso da “autonomia” aqui reconhecida nas *táticas*, elaboradas como “*maneiras de fazer*”: *vitórias do “fraco” sobre o mais “forte”* (CERTEAU, 2011, p. 48): *A gente faz do nosso jeito!* Nos modos de matematizar daquelas pessoas, observavam-se astúcias que burlam a distribuição das tarefas, truques e perícias para aperfeiçoar e agilizar a produção – e assim perfazer maiores ganhos coletivos e não por peça feita por cada uma. Como o pagamento é efetuado pelo dono da facção à pessoa responsável ali, *o ganho é pra todas!* Modos de organizar o trabalho regidos por uma lógica matemática usada para avaliar a melhor maneira de imprimir uma certa racionalidade ao trabalho que aumenta a produtividade e, nesse aspecto, alinha-se com a lógica do contratante, mas que é empreendida objetivando o fortalecimento do companheirismo e da autonomia daquelas trabalhadoras em relação ao contratante: *Aqui quem manda é nós!* Vemos, assim, engendrarem-se atitudes de alcance aparentemente modesto, mas que, de algum modo, interpõem marcos de resistência a imposições que não se pode vencer.

Com efeito, reconhecemos, na tática adotada pelas costureiras, as imposições de um modo de contratação que as leva a uma administração da produção baseada numa racionalidade voltada para a minimização do tempo gasto para produzir cada peça; essa administração aposta na especialização e na repetição como fator de aumento da produtividade, uma vez que o modo informal como são contratadas e a grande oferta de mão de obra determinam que a remuneração que lhes é paga seja a mínima, para garantir tão somente a manutenção da mão de obra e a maximização do lucro.

Muitas práticas de numeramento orientam e operacionalizam essas imposições, que são, porém, transgredidas por outras práticas que também se valem de relações

outras com quantificações e medidas para subverter aquelas imposições. Administrar a produção nessa outra relação com o tempo e o ganho, marcada inevitavelmente pelas medidas e quantidades, mas regida antes por uma lógica solidária do que por uma imposição produtivista (*O importante é fazer o trabalho, né isso? Sempre deu certo assim. É uma tranquilidade trabalhar aqui!*) estabelece-se, assim, como uma tática de conviver com modos de produção desumanizadores e subvertê-los, unindo-se!

Essa transgressão é que lhes permitia conviver com aquela árdua realidade de trabalho, estimulando a alegria, aliviando tristezas, amenizando o cansaço. O calor, a poeira, a precária iluminação, nada impedia que se ouvisse do lado de fora da facção, num intervalo do uso do motor das máquinas, as frequentes gargalhadas, motivadas por “causos” que contavam e comentavam; enganos e decepções, apuros e perdas que se tornam anedotas; planos e sonhos que teciam e compartilhavam.

Como as costureiras são capazes de executar todas etapas de produção de uma peça, tinham a opção de produzi-las individualmente, e assim, de acordo com seu investimento pessoal na otimização de sua produtividade, cada uma alcançaria ganho individual diferenciado das outras colegas. A lógica do capital que lhes facultava essa possibilidade aposta na competitividade e numa preocupação individualista, que concorreria para maximizar a produção e o lucro.

Entretanto, as trabalhadoras sabem que as condições de trabalho individuais, ainda que inseridas na mesma lógica de exploração, são desiguais. Se optassem pela produção individual, visando alcançar um pagamento maior em função de se dedicarem ainda mais ao trabalho ou terem maior perícia e agilidade, provavelmente, as solteiras ficariam em vantagem, bem como as que moram mais próximo das facções, as que dispõem de mais experiência na costura, etc. Assim, elas optaram por compartilhar o trabalho e também seu rendimento, de modo que todas usufruíssem dos mesmos benefícios. Não é só de cálculos de eficiência e vantagens financeiras que se constituem as práticas de numeramento que orientam essa tomada de decisão. É a solidariedade transgressora da lógica produtivista que define as relações de trabalho quando “*quem manda é nós*”!

É essa solidariedade que se identifica também na intrincada administração das ausências e imprevistos pessoais. Quando uma delas se atrasa por algum problema de natureza familiar, precisa afastar-se por questão de saúde ou necessita ir a Caruaru para resolver alguma demanda da vida pessoal, há uma negociação interna de tolerância, acordada entre elas, de modo que nenhuma delas seja prejudicada. Negociam, por

exemplo, o crédito interno para quem ficou assumindo o lugar da colega, para que possa folgar num outro dia. Nesse acordo, tratavam, porém de garantir que sempre duas delas estivessem trabalhando, quando não era possível as três, sob o argumento de que uma vai apoiando a outra: na atividade e também na companhia.

Safira: *Ficar aqui sozinha é ruim demais... o dia não passa! A gente assim, conversando, dizendo lorota, e quebrando a cabeça juntas, o tempo passa, que nem se nota, e no fim é meio mundo de trabalho feito!*

(na facção, tarde de 20 de outubro de 2010).

Safira e suas colegas podem ser consideradas, como referido por Bursztyn (2008), como *excluídas* no contexto do sistema capitalista, porque, ainda que constituindo força produtora, não são proprietárias dos meios de produção. Vendo a situação desfavorável que essa condição legava àqueles trabalhadores, podemos compreender o porquê do desejo daquelas pessoas em possuir recursos financeiros para a compra de máquinas que as tornassem trabalhadores autônomos. Ao analisarmos, porém, essa e outras táticas de estabelecer modos de produção “do seu jeito”, fomos identificando outras possibilidades de tensionar a exclusão e a ela resistir.

Por isso, as atitudes solidárias nas relações de trabalho, naquele contexto adverso, propenso ao individualismo desumanizador, atitudes que são analisadas aqui como ação humanizadora, reportam-nos a Paulo Freire e à sua obra em prol de um mundo mais humanizado. Já na Pedagogia do Oprimido, Freire explicitou o que entende por estarmos histórica e humanamente vocacionados para a humanização do mundo:

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica (FREIRE, 1987, p. 30).

Muitas vezes, tinha-se a impressão de que aqueles operários e operárias, ao estabelecerem modos de produção mais amenos e humanizadores, conformavam-se com a situação de exploração a que estão submetidos ou a ignoravam. Porém, o reconhecimento de sua inserção num modo de trabalho explorador mostra a compreensão que têm de sua vida e da vida da comunidade, de suas condições de trabalho e sobrevivência, de seus anseios por outras possibilidades. Isso me foi explicitado pelas pessoas envolvidas neste estudo, quando, no dia 6 de outubro de 2010, foi realizada uma oficina objetivando maior aproximação com o grupo e buscando

identificar como percebiam o contexto de trabalho ao qual estavam vinculados.

Naquela oportunidade, a proposta da oficina oportunizou uma reflexão sobre o *turismo pernambucano*, a fim de localizar a participação do grupo no contexto da atividade econômica que desenvolvem. Aquela oficina aconteceu “aproveitando” um momento quando os estudantes tinham uma “aula vaga”. Diante dessa chance de trabalhar com aquelas pessoas sem interromper suas aulas ou delas privá-las, com a permissão da supervisora pedagógica e da gestora da escola, foi realizada uma atividade utilizando imagens impressas e textos, que constituiu um material preparado previamente para, num momento oportuno, realizarmos essa oficina (Ver Figura 1 abaixo). No chão, foram espalhadas as fichas com os títulos dos roteiros turísticos, as imagens impressas e os textos, a partir dos quais os estudantes montaram um painel intitulado: *Roteiro de Turismo em Pernambuco*, visando focalizar nele a *Rota Moda e Confeção*, para a qual trabalham.

A atividade consistiu em montar uma espécie de “quebra-cabeças”, onde cada participante escolhia um dos roteiros e procurava (podendo ser ajudado pelos colegas) a imagem que o ilustraria e o texto descritivo do roteiro escolhido. A cada apresentação, ia-se montando o painel na parede e conversávamos a respeito do roteiro em pauta (Ver Figura 2 abaixo). Essa experiência oportunizou que apresentassem conhecimentos, dúvidas, inclusive desejos de melhor conhecer seu Estado e também posicionar-se quanto ao seu vínculo com a Rota da moda e confecção.



Figura 1 - Fotografia de Material usado.



Figura 2 - Fotografia do Painel elaborado

Cena 2: *A gente ganha nosso trocado*

Aqui apresento um trecho da interação que estabelecemos e que testemunha a compreensão daqueles operários sobre sua inserção na estrutura de produção têxtil daquela região do agreste pernambucano, quando os provoquei com um comentário:

Pesquisadora: *Perceberam que o trabalho de vocês consta na Rota Turística de Pernambuco?*

Esmeralda: *Eles nem sabe que a gente existe, professora!*

Pesquisadora:: *Eles quem?*

Esmeralda: *Os turistas que vêm.*

Diamante: *Mas, sem saber quem é nós, ajuda, comprando... aí surge mais trabalho...*

Pesquisadora:: *É verdade! E como vêm turistas pra essa rota! Gente de todo Brasil vem comprar confecção aqui na Feira da Sulanca, em Caruaru...*

Topázio: *Se não fosse eles, a gente não tinha trabalho, ou a procura era pouca... Só daqui do Nordeste mesmo... caía nosso ganho...*

Esmeralda: *Quem ganha mesmo são os patrões, o dinheiro nem cabe no bolso, só nos bancos.*

Diamante: *Isso é. Mas ao menos a gente ganha nosso trocado...*

Topázio: *Sim. E vai tocando a vida, estudamos e nossa idade ainda dá pra evoluir mais. Se não for aqui, aonde a gente seja mais valorizado.*

(na residência da pesquisadora, noite do dia 6 de outubro de 2010)

Nas falas desses trabalhadores, pode-se conferir a consciência de sua inserção na estrutura de produção: com geração de pouca renda para si (*a gente ganha nosso trocado*), mas de grande lucro para os donos das fábricas (*quem ganha mesmo são os patrões, o dinheiro nem cabe no bolso, só nos bancos*). Embora constatando sua invisibilidade para os consumidores (*nem sabe que a gente existe*), avaliam as vantagens do pertencimento a essa estrutura produtiva e da ampliação do mercado para seus produtos em consequência das Rotas que atraem turistas e compradores de todo o país (*se não fosse eles, a gente não tinha trabalho, ou a procura era pouca... Só daqui do Nordeste mesmo... caía nosso ganho*), em comparação com o abandono a que se veriam condenados, não fosse a existência do Pólo da Moda e Confecção.

Esse reconhecimento nos fez lembrar as palavras de Ciço, que conduzia a Toyota que fazia o transporte para o Juá: “Agora tá bom viver no meu Juá. Antes tudo era mais difícil, não havia trabalho pra essa juventude toda, era um sofrimento viver sem ter de quê ganhar a vida. Quando surgiu as fábricas, a turma se juntou pra trabalhar e, mesmo

sendo pouco, dá pra tocar a vida pra frente. Se a turma for disposta mesmo, trabalha muito, mas juntos dá pra ganhar um trocado bom”.

No avaliar sua inserção na estrutura de produção têxtil, chama-nos a atenção a oscilação entre um discurso mais conformista (*ao menos a gente ganha nosso trocado*), assumindo, outras vezes, uma posição mais cética (*Quem ganha mesmo são os patrões*), mas, como ocorria frequentemente, oportunizando uma ponderação esperançosa, apostando na disposição para seguir em frente, de estudar, de melhorar de vida, como possibilidades que acreditam que possam se abrir naquele contexto (*E vai tocando a vida, estudamos e nossa idade ainda dá pra evoluir mais, se não for aqui, aonde a gente seja mais valorizado*).

Essas práticas discursivas, que mobilizam argumentos relacionados à ponderação da desigualdade dos ganhos e das consequências que acarretam para trabalhadores e patrões, que arrolam a interdependência entre o aumento do mercado consumidor e da demanda de mão de obra e que reportam ao julgamento do tempo e das oportunidades de que dispõem para progredirem naquela ou em outra atividade ou condição de trabalho *aonde a gente seja mais valorizado*, são tomadas, no bojo de nossa análise, como práticas de numeramento. Essa perspectiva nos ajuda a compreender a relevância de se considerar as práticas matemáticas como práticas permeadas pelas condições de vida de quem as protagoniza ou com elas se envolve, e também, como essas condições são permeadas por critérios, conceitos e procedimentos que se associam ao que reconhecemos como matemática.

Nessas práticas de numeramento, portanto, vemos aqueles trabalhadores e trabalhadoras reconhecerem os condicionamentos a que estão submetidos. Mas não sucumbem a um determinismo, anunciando um posicionamento *tático* diante das relações de opressão, à medida que vão forjando formas de viver no esforço e nas habilidades de gerenciamento da transposição de barreiras que, como nos adverte Paulo Freire, atrofiam o potencial para ser mais: “Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Essa é a diferença profunda entre o ser determinado e o ser condicionado” (FREIRE, 2011, p. 59).

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comportamentos solidários eram frequentes naquela região campesina, inclusive nas atividades escolares e, mais surpreendentemente ainda, na atividade laboral. Há, no diário de campo, muitos registros de estranhamentos por, em meio a um contexto de produção têxtil de orientação marcadamente exploradora, deparar-nos com atitudes solidárias regendo o comportamento daquelas pessoas: na compreensão dos motivos dos outros, na compaixão diante de seu cansaço e das suas dificuldades, no compartilhar inclusive a insatisfação e os sentimentos de indignação coletiva, que ora geravam revolta, ora resignação, mas, constantemente, motivavam a organização e a implementação de ações solidárias.

Pudemos flagrar traços de solidariedade em diferentes situações, inclusive em práticas de numeramento, que eram aquelas para as quais dirigíamos nossa atenção investigativa. Isso nos possibilita e nos obriga a tomar práticas de numeramento como práticas sociais, sob o jugo de formas de organização do trabalho e da produção capitalistas, tensionadas por táticas de resistência em suas intenções, estratégias e repercussões na vida social. São essas marcas que colocamos em destaque nesta primeira parte de nossa análise, a partir da narrativa de eventos que recuperamos de nosso diário de campo, trazidos aqui para subsidiar as reflexões que tecemos.

Para finalizar essas reflexões e, de certa maneira, justificá-las, deixamos falar *Safira* sobre como é indispensável a solidariedade na vida que levam naquele contexto em que vivem, o que nos inspira generalizar para qualquer que seja a forma de vida, em qualquer que seja o lugar:

“Na vida, tudo se torna mais fácil quando um apoia o outro... e é apoiado”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **A terra e o Homem do Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2008.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FINGER, M.; ASÚN, M. **Educação de Adultos numa Encruzilhada: aprender a nossa saída**. Porto: Porto, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**.

4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscurecem a realidade. In: CANÁRIO, R.; RUMMERT, S. M. (Org.) **Mundos do Trabalho e Aprendizagem**. Lisboa: Educa, 2009.

GREIDER, W. **One World, Ready or Not: The Manic Logic of Global Capitalism**. New York: Simon & Schuster, 1997.

HERMAN, E. **Triumph of the Market: Essays on Economics, Politics and the Media**. Boston: South End, 1995.

ILLICH, I. **Sociedade sem Escolas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

KOVACS, I. Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projecto de investigação. In: KOVACS, I. (Org.). **Flexibilidade no emprego: riscos e oportunidades**. Oeiras, Portugal: Celta, 2005. p. 11-53.

LIRA, S. M. **Muito Além das Feiras da Sulanca: a produção de confecções no agreste/PE**. Recife: Universitária da UFPE, 2011.

LUTTWAK, E. ‘Turbo-Charged Capitalism is the Enemy of family Values (America’s post-liberal Paradigm Shift)’. **New Perspectives Quarterly**, v. 12, n. 2, p. 10-13, 1995.

MARTINS, J. S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: Antunes, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59-73.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

STREET, B. **What’s “new” in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice**. London: Kings College, 2003.

TANCREDO, E. **Principio da solidariedade: Estado, Sociedade e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Academia Olímpica, 2012.